



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 07 • 22/04 a 06/05/05 • ISSN 1809-6182

Especiais:

29/04/2005 – Vaticano: Conclavep.01

Os procedimentos para a reunião que promove processo de eleição de um novo Pontífice.

Análises:

22/04/2005 – Discussão sobre o Embargo à China.....p.03

Negociações acerca do término do embargo à venda de armas, imposto à China há 16 anos, ganha força na União Européia preocupando os Estados Unidos e seus aliados no Leste Asiático.

29/04/2005 – Os EUA e as instituições internacionais: o que sugerem as recentes nomeações para o Banco Mundial e para a ONU?.....p.06

A recente confirmação de Paul D. Wolfowitz para a presidência do Banco Mundial e a nomeação de John R. Bolton para embaixador dos EUA na ONU, esta em processo de aprovação pelo Senado, parecem ser indicativas do posicionamento estadunidense frente às instituições internacionais.

05/05/2005 – Instabilidade no Haiti e a MINUSTAHp.11

A instabilidade política no Haiti suscita questões relativas à eficácia da missão de paz da ONU.

06/05/2005 – Disputa entre China e Japãop.14

China e Japão enfrentam a pior crise diplomática desde 1972. Apesar do estopim ter sido a recusa japonesa em reconhecer alguns fatos históricos, a crise engloba a disputa pela liderança da região asiática e problemas culturais fortemente enraizados.

Resenha:

28/04/2005 – Equador e o equilíbrio regionalp.18

Presidente do Equador é destituído e levanta-se suspeita de golpe. O país vive em instabilidade política desde 1996 e mantém relações políticas difíceis com seus dois vizinhos: Colômbia e Peru.

Vaticano: Conclave

Especial
Sistema Político / Eleitoral

Camila Martins A. Gontijo
29 de abril de 2005

Os procedimentos para a reunião que promove processo de eleição de um novo Pontífice.

O Papa ocupa, na Igreja Católica, o que seria, em relação a outras instituições, o lugar de comando, sendo o Pastor maior desta Igreja. Tem poder supremo e pleno sobre toda a Igreja, atuando com o Colégio dos Bispos.

Diversas normas para a eleição do Papa já existiram na Igreja católica. Durante o papado de João Paulo II, se estabeleceu no ano de 1996 a Constituição Apostólica *Universi Dominici Gregis* que substituiu a *Romano Pontifici Eligendo* que tinha sido estabelecida em 1975. A Constituição é dotada de leis e normas que retomam a tradição católica desde a criação da Igreja.

Após a morte de um Papa, inicia-se o período da Sé Vacante, em que não pode haver inovações, e a Igreja é governada por um Colégio de Cardeais, que, além das atividades normais, se ocuparão dos preparativos para a eleição do próximo Pontífice. Conclave é a reunião dos Cardeais, que acontece num prazo máximo de 20 dias após a morte do Pontífice para a realização da eleição do novo Papa. O Conclave, de acordo com a legislação da Igreja, significa um retiro espiritual dos participantes, além da eleição, e é uma palavra que vem do latim e quer dizer "sob chaves" ou "quarto fechado", dominação que é usada desde o século 13, quando foi instituído o isolamento para a votação.

O novo líder da Igreja Católica foi escolhido neste último Conclave por 117

cardeais, representando 52 países, o chamado Colégio Cardinalício, do qual não podem participar cardeais com mais de 80 anos de idade, e dois deles – Jaime Sin (Filipinas) e Adolfo Suárez Rivera (México) – não participaram do conclave por motivos de doença. O artigo 36 da Constituição Apostólica *Universi Dominici Gregis* acrescenta que o Colégio dos Cardeais não pode readmitir ou reabilitá-los durante a Sé Vacante. É proibida a atividade civil, ou sua influência nas decisões dos Cardeais. A Itália tem o maior número de eleitores no conclave (vinte votantes), seguida pela Alemanha, que tem seis cardeais com direito a voto.

O lugar habitual da prática do Conclave é a Capela Sistina, dentro do Vaticano. De acordo com a última Constituição Apostólica, todos os cardeais eleitores devem tomar uma acomodação na *Domus Sanctae Marthae*, construída na Cidade do Vaticano, durante este tipo de reunião. Antes da construção desta, os eleitores e demais pessoas que participavam da clausura do Conclave ficavam acomodados nos Palácios Apostólicos. Essa habitação normalmente hospeda os integrantes da Cúria Romana, oferecendo alojamento para pessoas de altos cargos desta, e foi inaugurada em 1996. Durante o Conclave, os moradores foram retirados, pois os alojamentos ficaram exclusivamente com os eleitores e demais colaboradores.

A Constituição vigente tem normas que garante o caráter de clausura do Conclave. Esta condição de clausura diz respeito à necessidade de retiro dos Cardeais eleitores. Isto não significa o isolamento do mundo, mas que pessoas estranhas a eles não entrem em contato, com exceção das que prestam serviços como limpeza e enfermagem, ou mesmo acompanhamento médico se necessário.

A votação é feita em um dia previamente marcado, que tem suas atividades iniciadas por uma missa na Basílica de São Pedro a "*Pro eligendo Papa*", à tarde há uma procissão à Capela Sistina, onde fazem um juramento. É missão do Cardeal Camerlengo, ajudado do exterior pelo Substituto da Secretaria de Estado, garantir que a eleição do Papa se desenvolva com a necessária reserva e discrição. Para isso, pode empregar os meios técnicos que estime conveniente, de modo que assegure que não se instalem meios de comunicação áudio-visuais.

Neste ponto, a Constituição Apostólica *Universi Dominici Gregis* introduz uma modificação significativa. Até a promulgação da última constituição, havia três modos de eleição do Romano Pontífice: por aclamação ou inspiração, por compromisso (Cardeais escolhiam um grupo para votar) e por escrutínio. A Constituição declara abolidos os modos de eleição por aclamação e por compromisso, deixando unicamente o modo por escrutínio como válido (votação individual e secreta). A eleição é válida com dois terços dos votos. Depois de cada eleição, são queimadas as cédulas com palha seca ou úmida para dar a cor da fumaça. A fumaça negra significa que o Papa ainda não foi escolhido, e a branca significa que sim.

Para ser eleito Papa, este deve ter os mesmos requisitos necessários para ser Bispo, apesar de sempre elegerem Cardeais, que significa estar em plena razão e ser atuante na Igreja. O Cardeal Decano pergunta ao eleito se ele aceita ser

o Sumo Pontífice. Se aceitar, desde esse momento adquire de fato a plena e suprema potestade sobre a Igreja universal e ele mesmo escolhe o nome que quer ser chamado.

Referência

[ACI Digital](#)

[Deutsche Welle](#)

[New Advent](#)

[O Estado de São Paulo](#)

Discussão sobre o Embargo à China

Análise
Segurança/Comércio e Economia

Carolina Dantas Nogueira
22 de abril de 2005

Negociações acerca do término do embargo à venda de armas, imposto à China há 16 anos, ganha força na União Européia preocupando os Estados Unidos e seus aliados no Leste Asiático.

Em meados de 2004 a França – e logo após a Alemanha – começou a defender o fim do embargo à venda de armas para a China, imposto após o massacre da Praça Tiananmen de 1989, pela União Européia. Diversos discursos e reportagens foram publicados em 2004 e 2005 sobre o assunto. Ministros de Estados, diplomatas, analistas internacionais entre outros, começaram um debate sobre as causas desta súbita vontade francesa, bem como suas possíveis consequências para o mundo.

Desde o início do embargo, as relações entre a China e outros países se intensificaram e atualmente o país ocupa a posição de segundo maior parceiro no comércio com a União Européia estando atrás apenas dos Estados Unidos. Além disso, a China compra da União Européia cerca de US\$ 280 milhões em armas, sendo quase a metade deste montante armamento francês. O que preocupa, no entanto, não é a venda de armas em si, mas o tipo de arma que será comercializado uma vez que a tecnologia desse armamento foi também desenvolvida em conjunto com os Estados Unidos, para as operações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Dessa forma, dependendo do tipo de armas comercializado, os chineses teriam conhecimento de eventuais aspectos técnicos desta força militar.

Está claro que a questão é um ponto de tensão entre a União Européia de um lado e os Estados Unidos e seus aliados asiáticos – Japão, Taiwan e Coreia do Sul – de outro. Preocupados com a possível ascensão militar da China, estes países argumentam que o fortalecimento chinês na região poderia subjugar-los, a começar por Taiwan. O Ministro das Relações Exteriores deste país alegou ainda que esta mudança os forçaria a adotar uma nova postura, uma vez que maiores gastos em defesa nacional seriam necessários. Seriam colocados em segundo plano, por exemplo, gastos com sistemas de bem estar social como os existentes na própria União Européia.

Por sua vez, os Estados Unidos possuem acordos de auxílio militar com esses países do Leste Asiático e confrontos na região seriam dispendiosos e desgastantes, pois já possuem um grande efetivo militar deslocado para o Afeganistão e o Iraque. No entanto, a posição estadunidense oficial contra o fim do embargo, se deve ao fato de que a China não demonstrou reformas no campo dos Direitos Humanos, podendo, desta forma, facilmente ameaçar as democracias vizinhas.

O parlamento europeu encontra-se dividido sobre a questão. De um lado, discursos como o do Presidente Jacques Chirac que



alega que a vontade europeia é normalizar suas relações com a China, não sendo intenção por parte da Europa de terminar o embargo para simplesmente engajar-se na venda de armamentos para o país. Do outro, Inglaterra e Suécia relutam em aprovar tal situação, afirmando a necessidade de haver maiores progressos humanitários por parte de Beijing, incluindo a assinatura da Convenção Internacional sobre Direitos Políticos e Civis. Um outro forte motivo envolvido na questão seria a existência da própria OTAN. Como dito, grande parte da tecnologia europeia advém desta organização e a possibilidade da ocorrência de uma dispersão pelo mundo deste conhecimento tem provocado um certo desconforto entre seus membros, haja vista a relutância de países como Inglaterra ou Suécia anteriormente citados.

Além disso, o fim do embargo poderia complicar as relações entre Washington e Bruxelas. Existe um forte lobby por parte dos Estados Unidos, na União Europeia, ameaçando cancelar transferências de tecnologia militar para o velho continente caso o embargo seja levantado, tecnologia esta que poderia ir diretamente para as mãos chinesas. A preocupação norte-americana é claramente estratégica: além de tornar a região mais vulnerável, principalmente Taiwan, o levantamento pode dificultar a ação estadunidense de agir decisivamente na região asiática.

Por sua vez, o Partido Comunista Chinês, maior e mais forte no país, comandado por Hu Jintao, enquanto mantém o crescimento econômico, trabalha para ampliar as relações do país no cenário internacional, tanto no campo político quanto no econômico, a fim de evitar crises futuras como, por exemplo, a energética. Sem discutir a questão dos Direitos Humanos, o Ministro das Relações Exteriores chinês Liu Jianchao declarou em março deste ano que o embargo nada mais é do que uma discriminação política e não condiz com a

realidade mundial. O Primeiro Ministro chinês Wen Jiabao havia declarado, em dezembro de 2004, que o embargo é um produto da Guerra Fria e não reflete a atual força da parceria entre a China e a União Europeia.

Não obstante as diversas opiniões dentro da União Europeia, um ponto é consensual: a existência do Código de Conduta para a venda de armamentos ou tecnologia militar para países na iminência ou em confronto armado com outros. Ainda não finalizado, constitui um passo importante para o levantamento do embargo, pois sua entrada em vigor regularia tanto a forma como as vendas ocorreriam, quanto o conteúdo tecnológico aceitável para cada produto vendido. O Secretário Geral do Conselho da União Europeia Javier Solana afirmou ao jornal The Guardian que a preocupação do bloco não é com a venda de armas em si, mas em como esta venda ocorrerá, preocupação compartilhada pelos Estados Unidos.

Não fosse a lei anti-secessão recentemente aprovada na China, a situação do embargo já poderia ter sido resolvida. Esta autoriza o uso da força caso Taiwan declare sua independência. De acordo com o Secretário Britânico para assuntos estrangeiros Jack Straw, a lei criou um ambiente político difícil. Para ele, se já existiam dificuldades neste campo agora se tornou mais difícil ainda resolver a questão do embargo, agravada também pelo fato de que a China não tem se movimentado em prol de melhorias em relação aos Direitos Humanos.

A aquisição de novas tecnologias em armas pela China, pode abalar a configuração de poder vigente no sistema. Apesar de seu atual desenvolvimento, a União Europeia não se encontra em condições de se igualar, enquanto potência mundial, aos Estados Unidos. No entanto, o surgimento de uma potência militar no leste asiático compromete essa estabilidade e pode modificar a atual

configuração do cenário internacional. A determinação franco-germânica em levantar o embargo, demonstra uma vontade de impulsionar as forças armadas chinesas para a modernidade e indica, também, o desejo de ver um mundo multipolar limitando as ações estadunidenses. Outra preocupação é a possibilidade de a China vender tecnologia para a construção de mísseis para o Irã, pois além de não ter interesses estratégicos no Oriente Médio, necessita garantir seu suprimento de petróleo. Da mesma forma, a Europa não possui interesses estratégicos na Ásia, mas sim comerciais, e o fim do embargo traria imensos benefícios para este setor.

Publicações em grandes jornais como Washington Post, International Herald Tribune, entre outros, apontam para conflitos entre a União Européia e os Estados Unidos caso o embargo realmente seja levantado. Este ato europeu poderia representar uma atitude hostil para com os Estados Unidos, que por sua vez, poderiam por exemplo, modificar sua política externa passando a adotar atos de contenção de laços com o velho continente, ao invés de ampliá-los. Ao se prepararem para levantar o embargo, os europeus aparentemente não estão considerando esta possível reação estadunidense. É possível que no curto prazo isto possa minar a cooperação de defesa transatlântica que ainda vigora desde a Guerra Fria e no longo prazo, o posicionamento geoestratégico vigente ficaria comprometido, não somente na região do Leste Asiático, mas em todo o globo.

[The Guardian](#)

[UNA UK](#)

Ver também:

15/04/2005 - [A nova lei anti-secessão e as relações entre a China e Taiwan](#)

21/10/2004 - [A crise energética da China](#)

24/09/2004 - [Hu Jintao aumenta seu poder na China](#)

Referência

[BBC](#)

[China Today](#)

[EURSOC](#)

[New Taiwan](#)

Os EUA e as instituições internacionais: o que sugerem as recentes nomeações para o Banco Mundial e para a ONU?

Análise
Segurança / Desenvolvimento

Layla Dawood
29 de abril de 2005

A recente confirmação de Paul D. Wolfowitz para a presidência do Banco Mundial e a nomeação de John R. Bolton para embaixador dos EUA na ONU, esta em processo de aprovação pelo Senado, parecem ser indicativas do posicionamento estadunidense frente às instituições internacionais.

Em meados de março de 2005, no exercício de suas prerrogativas como principal membro depositário do Banco Mundial, os EUA indicaram Paul D. Wolfowitz, atual Vice-Secretário de Defesa estadunidense, para a presidência da referida instituição. A indicação foi submetida, como de praxe, ao Quadro de Diretores Executivos, composto por representantes dos demais países cuja contribuição ao banco é também significativa, sendo os mesmos responsáveis finais pela seleção do presidente do Banco Mundial. No dia 31 do mesmo mês, foi confirmada, por unanimidade, a indicação estadunidense: Paul Wolfowitz substituirá James D. Wolfensohn, há 10 anos no cargo, a partir de 1º de junho de 2005.

Diversas foram as reações à indicação estadunidense. Levantaram-se questionamentos acerca de suas consequências no que tange à condução das políticas de desenvolvimento levadas a cabo pelo Banco Mundial¹.

Comentaristas mais otimistas vislumbraram vantagens na indicação: esta sinalizaria uma reorientação estadunidense no sentido de priorizar o desenvolvimento internacional. O deslocamento para o Banco Mundial de um dos arquitetos da política externa e da política de defesa de George W. Bush seria positivo, uma vez que reverteria a tendência, por muitos identificada, de negligência da administração em relação às instituições financeiras internacionais.

Por outro lado, houve quem atentasse para uma concentração excessiva em questões de segurança e um possível viés ideológico na condução das atividades do banco, em função do comprometimento de Paul Wolfowitz com a expansão dos ideais democráticos, de modo que a instituição passaria a ser utilizada como um instrumento da política externa de George W. Bush de promoção da democracia.

Carol Graham, analista econômica associada à *Brookings Institution*, pondera

¹ Para maiores informações sobre o papel do Banco Mundial, ver: [O Banco Mundial: dos](#)

[empréstimos para o ajuste aos empréstimos para políticas de desenvolvimento.](#)

que nenhum dos dois extremos acima relatados seriam inteiramente passíveis de ocorrência. Ressalva, entretanto, que o Banco Mundial obteve progresso no âmbito da implementação de políticas de desenvolvimento, chegando a duas diretrizes consensuais: a primeira, relativa a políticas populacionais e, a segunda, ao papel do livre-mercado, sendo que ambas poderiam estar ameaçadas diante da nova presidência.

No que se refere às políticas populacionais, o aumento do nível educacional do público feminino mostrou-se eficaz na promoção do desenvolvimento econômico, por repercutir em menores taxas de natalidade e mortalidade-infantil, elevando, ainda, as taxas de escolaridade das crianças geradas por mulheres que freqüentaram a escola por mais tempo. A referida analista teme que tais avanços sejam contidos pela transposição ao Banco Mundial de disputas ideológicas domésticas estadunidenses acerca dos direitos reprodutivos, resultando na recusa de assistência a países que aprovam práticas abortivas.

Quanto à promoção da liberdade de mercado, as experiências anteriores do banco teriam demonstrado que a imposição de reformas de mercado idênticas em países diferentes teria contribuído na redução dos níveis de pobreza destes, mas, tão somente, na medida do grau de desenvolvimento prévio de suas instituições domésticas. Dessa forma, economistas que se dedicam ao estudo do desenvolvimento teriam identificado outros fatores intervenientes no sucesso das políticas implantadas pelo banco tais como o setor público, a geografia, a governança e a distribuição da renda.

Carol Graham aponta a evolução do debate acerca do desenvolvimento no âmbito do Banco Mundial, o qual teria perdido seu caráter ideológico, sendo que os entusiastas da liberdade de mercado e

os do papel do setor público ora reconhecem a interdependência entre ambas as formas de promoção do desenvolvimento. A analista reitera seu temor de retrocesso, visto como a volta do embate ideológico decorrente da presidência, não especificamente de Paul Wolfowitz, mas de qualquer indivíduo nomeado pela atual administração estadunidense.

As ponderações de Carol Graham, embora fundadas em preocupações de cunho humanitário, não nos parecem coerentes em si mesmas. Ao afirmar que o problema não é Paul Wolfowitz, mas qualquer presidente nomeado por George W. Bush, a analista parece esquecer-se que James D. Wolfensohn, apesar de nomeado para seu primeiro e segundo mandatos pelo ex-presidente Bill Clinton, foi mantido no cargo durante toda a primeira administração do atual presidente estadunidense.

Ora, a base eleitoral religiosa e conservadora de George W. Bush já não se encontrava presente quando de seu primeiro mandato? Por que motivo, então, George W. Bush, fazendo uso do inequívoco poder de barganha que consiste na ameaça de paralisação do provimento de recursos ao banco, não teria, de início, convidado James D. Wolfensohn à renúncia, tendo, ao contrário, agido de forma equivalente a uma ratificação da nomeação do presidente? A analista não esclarece as razões que a levam a crer que tal base religiosa e conservadora poderia angariar tamanha relevância na condução dos assuntos de política externa estadunidense.

Além disso, quanto às concepções relativas à promoção da liberdade de mercado, concomitantemente ao reforço das instituições públicas e à atuação ponderada das instâncias governamentais domésticas, não há nada que indique a não concordância da atual administração estadunidense com tais diretrizes. A

contrário senso, assim dispõe a Estratégia de Segurança Nacional de 2002 (*National Security Strategy* - NSS)²:

Os EUA e outros países desenvolvidos devem estabelecer uma meta ambiciosa e específica: dobrar o tamanho das economias mais pobres do mundo em uma década. O governo dos EUA perseguirá as seguintes estratégias para atingir tal meta: prover recursos para ajuda a países que tenham respondido ao desafio da reforma nacional. (...) Os governos devem lutar contra a corrupção, respeitar direitos humanos básicos, submeter-se ao direito, investir em saúde e educação, levar a cabo políticas econômicas responsáveis e possibilitar o empreendedorismo (NSS/2002, p. 21-22: tradução livre).

Tais colocações parecem apontar para o intuito de ajuda a países, não

necessariamente democráticos, mas cujas administrações busquem atingir as condições acima elencadas, as quais não implicam automaticamente na implantação de governos democráticos. Ademais, é evidente o objetivo estadunidense de promoção externa da liberdade de mercado, mas não se pode inferir do acima disposto uma negação completa do papel do setor público nos países receptores.

Nesse ponto, é interessante observar que a inserção de questões relativas ao desenvolvimento e à redução da pobreza no âmbito de um documento que dispõe sobre a estratégia de segurança dos EUA parece um tanto quanto significativa. O mesmo se pode dizer do deslocamento de um dos principais formuladores da política de defesa estadunidense para a presidência do Banco Mundial. Inicialmente, ambos os fatos sugerem uma percepção por parte da administração de George W. Bush de que a pobreza e o não-desenvolvimento econômico, social e político que imperam em grande parte do mundo consistem em fatores de instabilidade, os quais ameaçam a segurança dos EUA. Tais fatores deveriam ser, portanto, minimizados, fazendo-se uso de todos os meios disponíveis: inclusive reforçando os organismos multilaterais que se dedicam à questão, tais como a ONU e o Banco Mundial.

Tendo em vista algumas das concepções de William Wohlforth, teórico das relações internacionais, os recentes desdobramentos relativos à nomeação Paul Wolfowitz para a presidência do Banco Mundial, bem como de John Bolton, crítico ferrenho das atividades da ONU, para embaixador dos EUA nesta organização devem ser observados no âmbito do quadro maior que compõe a estrutura do sistema internacional pós-Guerra Fria.

O referido autor caracteriza o sistema internacional contemporâneo como

² As NSS são relatórios presidenciais periodicamente apresentados ao Congresso que formalizam a estratégia de segurança nacional estadunidense a ser levada a cabo por cada administração dos EUA, constituindo parte fundamental da política de defesa desse país. São fruto de uma obrigação imposta aos presidentes estadunidenses pelo chamado Ato de Reorganização do Departamento de Defesa Goldwater-Nichols (*Goldwater-Nichols Department of Defense Reorganization Act*), de 1986, lei que emenda o Ato de Segurança Nacional (*National Security Act*), de 1947. Embora o documento a que se faz referência tenha sido produzido no âmbito do primeiro mandato de George W. Bush, encontra-se ainda vigente, uma vez que novo documento não foi ainda produzido no curso do segundo mandato. A despeito do fato de que tais relatórios devessem ser anuais, os presidentes não têm observado esta prática. É de se duvidar que George W. Bush produza grandes alterações em uma eventual nova NSS, já que este documento deve apresentar os interesses, objetivos e capacidades de consecução dos mesmos por parte dos EUA tal qual os percebe uma administração. Desse modo, há indícios de continuidade nas percepções de George W. Bush e de seus auxiliares.

unipolar³, o que impacta diretamente no funcionamento das instituições internacionais. A unipolaridade atual favoreceria a paz e a cooperação, pois a vantagem de poder estadunidense, sem precedentes na história moderna, eliminaria uma fonte de conflito característica de sistemas prévios que é a rivalidade ou a disputa pela liderança do sistema, diminuindo, ainda, a luta por segurança e prestígio entre os Estados.

Tais assertivas justificam-se no fato de que nenhum outro Estado pode dar-se ao luxo de uma investida cujas bases de sucesso residam na prevalência sobre os EUA em uma guerra ou em situações de rivalidade continuada. Paralelamente, a unipolaridade minimiza a competição por segurança e prestígio entre as demais grandes potências, pois, como líder do sistema, os EUA possuem os meios e a motivação para sustentar instituições internacionais chaves, primordialmente de segurança, que abrandariam conflitos locais.

Por outro lado, o não-engajamento internacional e o não-provimento de segurança por parte dos EUA levariam ao retorno das rivalidades entre as potências de segundo escalão, as quais incrementariam suas capacidades militares, o que poderia resultar, no limite, em uma rápida mudança da estrutura internacional.

Assim, em um sistema internacional unipolar, é provável que o único pólo sustente uma intensa tendência ao intervencionismo em prol da preservação

da unipolaridade. A postura intervencionista consistiria em uma espécie de gestão global da balança de poder, de modo a adequar a ordem internacional aos interesses da única superpotência. Para tanto, esta faria uso de meios diversos como o controle e o reforço das instituições internacionais, que viabilizaria a divisão dos custos da gestão dos conflitos e problemas internacionais com as mesmas.

Dessas considerações, parece possível concluir que a designação por parte dos EUA das referidas autoridades para a ocupação de postos importantes no âmbito das principais instituições internacionais corroboram as expectativas comportamentais de William Wohlforth no que tange às políticas a serem levadas a cabo pelo único pólo em um sistema internacional unipolar. Sendo ambos os nomeados detentores de personalidade forte e reputação de gestão severa, há uma sinalização de tentativa de fortalecimento das instituições em questão e aumento de sua efetividade no cumprimento dos objetivos aos quais se propõem originalmente. O fato de que potências unipolares buscam adequar instituições aos seus interesses não autoriza, porém, a conclusão de que serão empreendidas mudanças drásticas no conteúdo das políticas do Banco Mundial e da ONU, uma vez que tais instituições já refletem em grande medida os interesses dos EUA dado seu contexto de origem, a saber: a bipolaridade (estrutura em que os EUA já usufruíam de significativa capacidade de adequação da ordem internacional aos seus interesses).

³ A unipolaridade é definida por William Wohlforth como aquela estrutura na qual as capacidades de um estado são de tal ordem que não podem ser contrabalançadas. Os fundamentos de sua caracterização do atual sistema internacional encontram-se explicitados em: WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. *International Security*. v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.

Referência

UNITED STATES OF AMERICA. The National Security Strategy of the United States of America. Sept. 2002.

WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. International Security. v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.

[New York Times](#)

[Technical Central Station](#)

[The Brookings Institution](#)

[Washington Post](#)

[World Bank](#)

Ver também:

13/12/2004 - [Reunião de Cuzco marca lançamento da Comunidade Sul Americana de Nações](#)

02/12/2004 - [Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul](#)

Instabilidade no Haiti e a MINUSTAH

Análise
Segurança

Bárbara Gomes Lamas
05 de maio de 2005

A instabilidade política no Haiti suscita questões relativas à eficácia da missão de paz da ONU.

No dia 1º de março de 2005, completou-se um ano da deposição do então presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide. Desde então, o país está sendo governado interinamente pelo primeiro-ministro Gerard Latortue, e a MINUSTAH – Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti –, liderada pelo Brasil, vem tentando garantir a paz e a segurança. Segundo a Resolução 1542 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), a contar do dia 1º de junho de 2004, criar-se-ia a MINUSTAH para restabelecer a ordem no Haiti, por meio de um mandato em três áreas principais: provimento de segurança e de um ambiente estável, particularmente através do desarmamento; apoio ao processo político e boa governança em preparação para futuras eleições, previstas para novembro de 2005; e monitoramento e apresentação de relatórios sobre os direitos humanos. Em nenhuma dessas áreas a MINUSTAH parece estar tendo sucesso, e ainda é instável a situação no país.

Em primeiro lugar, os ciclos de violência no Haiti não foram interrompidos. Ao contrário, diversas áreas no interior do país permanecem sob controle de ex-militares e de grupos de segurança da ditadura que antecedeu Aristides, que agem como provedores de segurança. Ademais, muitos grupos partidários do

ex-presidente e aliados a traficantes de drogas também continuam armados e atuantes. Atribui-se esta situação de insegurança à atuação da missão da ONU no país. Houve uma certa lentidão no desdobramento das forças autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU, deixando um vácuo de segurança ocupado por grupos armados ilegais. Além disso, o general Augusto Heleno Pereira, comandante das tropas da MINUSTAH, teria sido relutante ao usar a força, identificando-a à repressão – segundo ele, aquela era uma missão de paz, e não de ocupação.

À ineficiência da MINUSTAH soma-se o descrédito da polícia, cujo efetivo conta com apenas quatro mil homens mal treinados e mal equipados – até mesmo o provimento de equipamento básico, como coletes e veículos à prova de balas, é raro. A população percebe os membros da polícia nacional haitiana, segundo o relatório “Mantendo a Paz no Haiti?”¹, invariavelmente, como corruptos, parciais, no sentido de perseguirem membros do partido opositor (de Aristides), inefetivos e violadores de direitos humanos. De fato, muitos são os relatos de intimidação da

¹ Este relatório foi desenvolvido em parceria pela *Harvard Law Students Advocates for Human Rights* e pelo Centro de Justiça Global, organização sediada no Rio de Janeiro e em São Paulo.

população civil, prisões e detenções arbitrárias e uso de força letal injustificado e freqüente, se não com a aprovação, pelo menos com a conivência do governo interino, que não parece estar contribuindo muito para criar um clima político favorável às eleições. Ao mesmo tempo, a MINUSTAH se exime de qualquer responsabilidade sobre os atos da polícia nacional, sob justificativa de que esta atua sob autoridade haitiana. Assim, qualquer interferência poderia ser caracterizada como interferência em assuntos domésticos e violação da soberania.

A principal crítica à ação da MINUSTAH concerne ao clima de insegurança no Haiti, devido à sensação de impunidade e justiça desigual, que levaria a população a procurar outros meios de garantir sua segurança, qual seja, apoiar os ex-militares. Agrava a situação o fato de que, até hoje, não foi feita nenhuma campanha eficaz de desarmamento. Estima-se que existam entre 13 mil e 18 mil armas ilegais no país, e cerca de 25 mil potenciais participantes de um eventual programa de desarmamento. Contudo, segundo o relatório “Mantendo a paz no Haiti?”, as campanhas não passaram da fase de planejamento. A MINUSTAH ajudou a lançar uma Comissão Nacional, em que se apresentou uma “linha de ação multidimensional, inovadora e holística”, que pavimentaria “um processo de desarmamento voluntário e involuntário, criação de centros de desarmamento onde ex-combatentes receberiam treinamento para emprego em troca de abandonarem as armas, a destruição de armas ilegais”. Mas, depois de quase um ano de atuação no Haiti, a população continua armada e a MINUSTAH está tendo dificuldades de pôr em prática seus planos.

A demora para implementação do plano tem sido justificada pelo atraso da chegada das forças designadas. Por causa disso, os assuntos civis, em que se incluem não só o desarmamento como também a reconstrução do país – além de ser um dos

mais pobres do mundo, o Haiti ainda sofreu com acidentes naturais no ano passado – foram deixados de lado. A prioridade foi dada aos assuntos militares. Ocorre que a demora da missão na resolução destas questões civis permite o fortalecimento dos grupos armados, na medida em que confere um caráter de insuficiência da missão. Neste sentido, a solução destes problemas é imprescindível para a estabilização do Haiti, objetivo primeiro da MINUSTAH.

Tudo isso – o clima de insegurança, o alto nível de violência, a atuação de grupos armados ilegais, o controle de áreas no interior do país por ex-militares, a condução dos processos políticos em direção contrária à do diálogo e reconciliação dos diversos grupos políticos, a estagnação no processo de reconstrução do país – indica que a MINUSTAH não está avançando em direção ao cumprimento de seus objetivos, levantando questões sobre a eficácia de missões de reconstrução institucional (comumente chamadas de *nation-building missions*) como esta, cujos objetivos são basicamente garantir a segurança pública e o respeito ao Estado de direito. Não se esperava que todos os problemas do Haiti fossem resolvidos – até porque são problemas que exigiriam reformas profundas na sociedade haitiana. Contudo, esperava-se que eles fossem ao menos minimizados, o que não está acontecendo. Ao contrário, tem-se a impressão que eles estão sendo agravados, especialmente com as acusações de negligência em relação aos abusos dos direitos humanos, à impunidade e ao uso arbitrário da força.

Apesar de todos os problemas, acredita-se que a MINUSTAH é o principal ator capaz de garantir a paz, ao produzir garantias de cumprimento da lei nacional efetiva e imparcialmente e um sistema judiciário também imparcial. Seu papel é tido como essencial no processo de estabelecimento de um diálogo nacional, visando a estabelecer um pacto entre os haitianos

para prioridades que devem ser seguidas pelo novo governo eleito, e uma situação estável é fundamental para que elas aconteçam democraticamente. Não parece ser provável que o governo interino avance nas questões partidárias muito além dos interesses setoriais, de forma que este pacto não deve acontecer sem um responsável internacional, que garanta o mínimo de estabilidade e segurança. Mas, para que a MINUSTAH seja este ator, é imperativo que seja mais enfática e rígida no cumprimento das medidas que se propõem, em conformidade com o que permite seu mandato.

Referência

HARVARD Law Students advocates for Human Rights & CENTRO de Justiça Global. Relatório “Mantendo a Paz no Haiti?: uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o seu mandato como parâmetro de sucesso”. Rio de Janeiro: Março de 2005. Disponível em <http://www.global.org.br/haitiportuguese.pdf> . Acesso em abril de 2005.

[BBC](#)

[Folha de São Paulo Online](#)

[International Crisis Group](#)

[The Economist](#)

[The Guardian](#)

[The Washington Post](#)

Disputa entre China e Japão

Análise
Segurança

Carolina Dantas Nogueira
06 de maio de 2005

China e Japão enfrentam a pior crise diplomática desde 1972. Apesar do estopim ter sido a recusa japonesa em reconhecer alguns fatos históricos, a crise engloba a disputa pela liderança da região asiática e problemas culturais fortemente enraizados.

Grandes parceiros econômicos, China e Japão não conseguem se entender no campo político. Desde a recuperação das relações diplomáticas sino-japonesas, em 1972, ambos têm conseguido resultados positivos, principalmente no setor econômico. Diversas pesquisas mostram que nos últimos dez anos o Japão foi o maior parceiro comercial da China, investindo maciçamente tanto na área continental quanto em Hong Kong e Taiwan. Tornou-se o maior mercado da China, importando cerca de 18% do volume total ao ano, seguido dos Estados Unidos que compram 15%. Por sua vez a China é o segundo maior comprador do Japão, importando cerca de 12% do volume total produzido, atrás dos Estados Unidos que importam 24%. Além disso, assinaram acordos de cooperação para intercâmbio nas áreas cultural e científica, criando um apoio mútuo ao desenvolvimento desses setores. Desde então, diversos intercâmbios entre jovens, mestres e doutores têm ocorrido entre os países bem como a divulgação de suas respectivas culturas. No entanto, algumas questões políticas permanecem não resolvidas: o não reconhecimento de atos militares na história contada pelos japoneses, a questão de Taiwan e Ilhas Diaoyu, a questão petrolífera e, mais recente, o assento no Conselho de

Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Por várias vezes os compêndios de história do Japão foram revistos a fim de se corrigir os dados omitidos pelos governos anteriores. Porém muitos dados são ainda negados, como por exemplo, a existência da Unidade 731 japonesa na Segunda Guerra Mundial que matou pelo menos 250 mil pessoas em diversas experiências na China, ou ainda escritos de forma amena, como o Massacre de Nanjing¹ descrito nos livros apenas como um incidente. Com relação à questão de Taiwan e ilhas adjacentes, o Japão aceitou a Declaração de Postdam² de 1945 que o

¹ Em 1937, durante a tomada da capital chinesa Nanjing por tropas japonesas, mais de trezentos mil civis e militares foram assassinados e suas mulheres e crianças obrigadas a se prostituírem. Este episódio é considerado uma atrocidade por parte dos chineses que sentem suas consequências até hoje. No entanto o Japão nega que o ocorrido tenha sido um massacre classificando-o como um incidente de guerra. Esta opinião não é aceita na China que acusa o Japão de não assumir as responsabilidades por seus atos militares passados. A existência da Unidade 731 foi reconhecida oficialmente pelo governo japonês após 20 anos de negativas, mas sua inclusão nos livros de história ainda não foi completada.

² Em 1943 a China, Estados Unidos e Inglaterra divulgaram a Declaração do Cairo que exigia a devolução por parte do Japão, do nordeste da China, Taiwan e arquipélago Penghu à China. A

obrigava a devolver esses territórios para a China. No entanto continua mantendo relações bilaterais com a região de forma oficial, o que compromete as relações com o continente.

A questão petrolífera é o resultado de um impasse sobre qual seria a demarcação correta da área marítima que divide os dois países na parte norte. Apesar da disputa, o Japão ativou a extração de petróleo na região, desencadeando reclamações oficiais por parte dos chineses. Por sua vez a China começou a extração de gás natural e o Japão alega que parte do gás está sendo retirada de seu território. Sobre o Conselho de Segurança da ONU, a China argumenta, juntamente com a Coreia do Sul³, que negar os atos históricos e não assumir seu passado militar mostra que o Japão não está apto a assumir tal responsabilidade. Por sua vez o Japão argumenta que as atuais ações chinesas, como a nova [lei anti-secessão](#) aprovada pelo Parlamento e as negociações para o [levantamento do embargo europeu](#) evidenciam a vontade chinesa de imperar militarmente na região asiática, o que poderia ser amenizado tendo o Japão um assento no Conselho da ONU.

Por trás de todas estas questões e conseqüentes declarações feitas por ambos os lados, existe uma questão que é intencionalmente direcionada e oficialmente ignorada pelos dois países: o desentendimento e alienação cultural de ambas as populações. Além disso, os dois países têm agido de forma ambígua,

Declaração de Postdam de 1945 definiu que a Declaração do Cairo deveria ser aplicada. Em agosto do mesmo ano, o Japão aceitou a Declaração de Postdam e devolveu os territórios à China.

³ Coreia do Sul e Japão tiveram problemas com o reconhecimento da história por parte dos japoneses, e foi criada uma comissão bilateral para a história a fim de se resolver o impasse. Tal idéia foi sugerida recentemente para a China que ainda não se pronunciou oficialmente sobre isso.

dificultando o processo de entendimento diplomático. Em março, milhares de chineses assinaram petições na internet se opondo ao desejo japonês de ter uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU devido ao não reconhecimento de atos na história contada por parte dos japoneses. Em abril, os chineses protestaram nas ruas de Chengdu, na província chinesa de Sichuan, quebrando janelas de supermercados japoneses. Como resposta, o Primeiro Ministro japonês Junichiro Koizumi pediu à China que zelasse pela segurança dos japoneses residentes neste país. Contudo, no dia seguinte o governo japonês aprovou um livro de história que minimiza seus atos de guerra, o que acarretou maiores protestos e atos de violência na China.

Desta vez, Koizumi exigiu oficialmente que a China tomasse providências para prevenir maiores atos violentos, zelando pelos nacionais japoneses e pela situação diplomática entre os dois países. No entanto, a polícia chinesa nada fez para impedir os protestos. Dois dias depois, o Japão anunciou um plano de licitação para empresas japonesas que quisessem conduzir testes de perfuração petrolífera em alto mar, justamente em águas disputadas com a China. Este ato foi entendido pelos chineses como provocação, aumentando ainda mais os protestos e atos de violência, tanto física contra restaurantes, embaixadas e nacionais japoneses, quanto virtual através de várias invasões pela internet. Em nova mesa de negociações o Japão alegou que a China não está impedindo os ataques e exigiu um pedido de desculpas oficial. Por sua vez a China negou o pedido de desculpas e alegou que os japoneses é que deveriam se desculpar. O pedido de desculpas japonês veio no final de abril em Jacarta⁴, Indonésia.

⁴ Koizumi pediu oficialmente desculpas pelas agressões cometidas na Segunda Guerra Mundial, durante a Cúpula Ásia-África em Jacarta pela comemoração dos cinquenta anos da Conferência de Bandung.

Diferenças Culturais

China e Japão possuem culturas muito diferentes. Enquanto o japonês valoriza seus próprios feitos e avanços ao mesmo tempo em que a vergonha é o maior pecado que se pode cometer, os chineses zelam pelo respeito ao espaço do outro, exigindo que o mesmo tratamento seja direcionado a eles. Ambos não se preocupam em como suas atitudes serão interpretadas fora de suas fronteiras, mas possuem formas diferentes de lidar com isso.

O Japão se abriu ao mundo, principalmente após a derrota da Segunda Guerra Mundial, aprendendo o sistema institucional ocidental e reerguendo o país em menos de cinquenta anos. Mas conservou sua cultura intocada, o que não foi muito difícil pois até na escrita, a origem de um produto ou pessoa é identificada separadamente. Existem ideogramas para o que é estrangeiro e para o que é natural do país. Mas fatos vergonhosos são difíceis de serem aceitos, daí as recusas e formas ambíguas de falar e de agir.

Ao contrário do Japão, a China não possui esta separação tão pragmática entre o que é deles e o que é do outro, mas também não se abre tanto ao mundo. A não ser nas zonas determinadas, o resto do país permanece separado e o acesso à informação é extremamente dificultado. A China não se abria desde a época imperial e agora com o comunismo, além de não se abrir, estimula grande nacionalismo e alienação, inclusive modificando a história contada a seus jovens⁵. Por outro lado,

exigem respeito por seus territórios e cultura, política e economia, o que explica sua atitude ativa sobre a questão de Taiwan e ilhas adjacentes, ou ainda, sobre o controle de sua população.

Grande parte dos protestos e problemas políticos advém de desentendimentos culturais. As atitudes internas e externas japonesas são difíceis de serem entendidas e conseqüentemente esta ambigüidade de ações é usada contra eles. A diplomacia japonesa alega, desde 1972, com a retomada das relações bilaterais com a China, que lamenta os atos militares e a grande rivalidade entre os dois países, se comprometendo a agir de forma a facilitar as relações futuras. No entanto, em diversas ocasiões não é isto que o país demonstra. Constantes visitas oficiais por autoridades japonesas ao Mausoléu de Yasukuni, local em que diversos criminosos de guerra foram enterrados no Japão, a falta do reconhecimento dos atos militares do passado e os problemas territoriais que ainda permanecem são fontes de atrito entre a ilha e o continente.

Enquanto as distorções históricas japonesas parecem ser direcionadas para a aceitação da vergonha que os atos cometidos geraram, o caso chinês parece refletir um desejo de preservar uma boa imagem do Partido Comunista na geração de jovens. Os chineses estão amadurecendo sentimentos nacionalistas, alienados do que realmente se passa dentro do próprio país e no resto do mundo. Como resultado, têm-se jovens revoltados com as “injustiças” cometidas contra a China por outros países e protestos passam a ocorrer cada vez com mais frequência.

As atitudes ambíguas de ambos os países têm dificultado em muito o processo político na região do nordeste asiático. Como resultado, as relações econômicas podem estar comprometidas, não somente entre os dois, como para todo o bloco

outras manifestações.

⁵ Os livros de história chinesa não fazem menção aos problemas dos Direitos Humanos e diversos atos cometidos pelo Partido Comunista, aumentando a crença de que o país foi sempre uma vítima de seus vizinhos. Como resultado, tem-se jovens extremamente nacionalistas e agindo de forma a prejudicar outros países, através de cyber ataques, violência física entre

econômico asiático. O Japão utiliza o Estreito de Taiwan como rota marítima e conflitos na região o afetariam grandemente. Portanto, manifestou-se de forma negativa sobre a questão do levantamento do embargo europeu, alegando inclusive que a China é uma ameaça militar potencial na região. É pouco provável que as relações econômicas declinem de forma significativa, uma vez que Japão e China precisam um do outro. No entanto, a liderança do bloco e a conseqüente configuração de poder na região é que é o cerne da disputa e suas implicações no longo prazo é que preocupam. O Japão já é o segundo país no mundo que mais gasta com defesa e mostra uma crescente vontade do Partido Democrático Liberal em modificar a Constituição pacifista do pós-guerra vigente no país.

É fato que a China deflagrou a crise que já estava latente, restando ao mundo entender o porque do atrito emergir neste momento. O Japão demonstra querer caminhar para confrontos mais diretos com seus vizinhos e caso isso ocorra, restaria ao país recorrer à ajuda estadunidense num primeiro momento. Da mesma forma, todo protesto na China precisa de autorização para acontecer, o que coloca em dúvida o que realmente estaria por trás da violência contra os japoneses acometida nas últimas semanas. Divergências à parte, os dois líderes asiáticos possuem outros pontos para discutir, como por exemplo, o programa nuclear da Coreia do Norte. No entanto, a sólida relação asiática de até então se mostrou não tão forte assim e ambos os países passaram a suspeitar de suas respectivas intenções sendo que nenhum está disposto a ceder.

Referência

[BBC](#)

[Brookings](#)

[China Daily](#)

[China Radio International](#)

[China Today](#)

[CNN](#)

[Estado de Minas](#)

[Folha Online](#)

[Revista Pangea](#)

[Stratfor](#)

[The Japan Times](#)

[Ultimo Segundo](#)

Ver Também:

22/04/2005 - [Discussão sobre o Embargo à China](#)

15/04/2005 - [A nova lei a anti-secessão e as relações entre China e Taiwan](#)

Equador e o equilíbrio regional

Resenha
Segurança / Integração Regional

Wesley Robert Pereira
28 de abril de 2005

Presidente do Equador é destituído e levanta-se suspeita de golpe. O país vive em instabilidade política desde 1996 e mantém relações políticas difíceis com seus dois vizinhos: Colômbia e Peru.

O Equador faz fronteira com a Colômbia (590 km) e o Peru (1.420 km) e possui uma costa para o oceano Pacífico de mais de 2.200 km. Há um problema de litígio territorial com o Peru que estourou num conflito em 1998 chegou-se a uma resolução mediada pelo Brasil. A Agência Central de Inteligência estadunidense (CIA) acusa o país de ser um corredor de cocaína providas do Peru e Colômbia e ser um importador de precursores químicos para obtenção de drogas ilícitas.

Além disso, o país é membro associado do Mercosul e nos projetos de integração física da América do Sul há o Eixo do Amazonas que liga os três países anteriormente citados com o Brasil. A associação entre este bloco comercial com a Comunidade Andina de Nações, que possui o Equador também, deu fôlego à integração física da América do Sul. No final de 2004, na III Reunião de presidentes da América do Sul, houve o lançamento da Comunidade Sul Americana de Nações que criou um espaço regional liderado pelo Brasil desde o ano 2000 quando da I Reunião de presidentes em Brasília.

O Equador sofreu um aprofundamento de sua instabilidade no mês de abril de 2005 com a destituição do presidente Lucio Gutiérrez pelos deputados do Congresso

Nacional em 20 de abril. Seu lugar foi assumido interinamente pelo vice-presidente Alfredo Palacio. O histórico da crise atual começou com a dissolução da Suprema Corte por Gutiérrez, órgão que representa o poder Judiciário do país, no dia 15 de abril. Manifestações tomaram conta das ruas da capital, Quito, e se espalhou por todo país.

Na referida sessão do congresso do dia 20 de abril, 62 de um total de 100 deputados votaram a destituição de Gutiérrez alegando “abandono de cargo”. No momento seguinte, uma repressão do governo às manifestações, as quais ocorreram duas mortes, forneceu motivos para a prisão do presidente destituído que pediu asilo político ao Brasil e se refugiou na Embaixada Brasileira, em Quito. Para Carlos Aguilera, da *Stratfor*, essa “seqüência de ações sugere fortemente a existência de um plano coordenado de retirada do presidente no qual líderes políticos, militares de alta patente, procurador-geral e possivelmente Palacio esteve envolvido”. Dessa forma, ocorreu a retirada do presidente do Equador sem uma revolta popular ou sem um impeachment. Com isso, o Equador permanece a manter seu alto grau de instabilidade. Desde 1996, o país teve 9 presidentes e os últimos foram destituídos por pressão popular.



O ex-presidente solicitou asilo político que foi concedido pelo Brasil, mas o novo governo equatoriano não havia dado o salvo-conduto. Esse documento permitia que Gutiérrez saísse da Embaixada Brasileira sem ser preso devido às acusações por duas mortes ocasionadas na repressão de abril.

A Secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice, solicitou ao governo de Palacio “que as eleições gerais fossem adiadas como forma para que um novo governo pudesse ser eleito democraticamente”. Porém, o novo governo anunciou em entrevista ao jornal colombiano *El Tiempo* que irá fazer aquilo que manda a constituição equatoriana, ou seja, na ausência do presidente o vice-presidente assume até o final do mandato. Nesse sentido, as eleições continuam marcadas para outubro de 2006.

No entanto, apesar de a destituição ter sido uma atitude que agradou à população, a discussão no país é se tal ato foi constitucional ou não. Os motivos: a votação do dia 20 de abril, no Congresso equatoriano, deveria contar com dois terços para ser constitucional. Nesse caso, o mais aconselhado seria o congresso abrir processo de impeachment do presidente Gutiérrez, mas isso demoraria alguns meses. A Carta Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovada em Assembléia Geral em 2001 declara em seu artigo 17:

Quando o governo de um Estado membro considerar que seu processo político institucional democrático ou seu legítimo exercício do poder está em risco poderá recorrer ao Secretário-Geral ou ao Conselho Permanente, a fim de solicitar assistência para o fortalecimento e preservação da institucionalidade democrática (Documento AGE00011P03, 11 de setembro de 2001).

Mesmo diante da percepção de falta de institucionalidade no processo, tanto o governo estadunidense quanto Javier Solana, representante de política externa da União Européia, reconheceram o governo de Palacio em 25 de abril. O

governo de Gutiérrez se afirmava como aliado dos EUA e o governo equatoriano atual, talvez como forma de manter seu apoio no cenário internacional, perguntado sobre a base de Mantas, próximo à Colômbia e que serve como luta contra o narcotráfico, continuará sendo usada na forma conveniente ao Plano Colômbia como no governo anterior. Porém, no dia 28 de abril, Rice anunciou o fim do Plano Colômbia, mas que continua a ajuda militar de US\$ 600 milhões por ano para o país vizinho.

Referência

[Central Intelligence Agency - The World Factbook](#)

[El Tiempo](#)

[Folha de São Paulo](#)

[Iniciativa para a Integração Regional Sul Americana - IIRSA](#)

[Observatório Político Sul Americano \(OPSA\)](#)

[Stratfor](#)

Ver também:

13/12/2004 - [Reunião de Cuzco marca lançamento da Comunidade Sul Americana de Nações](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Martins A. Gontijo; Carolina Dantas Nogueira; Daniel Ferreira Mendes; Jéssica Naime; Layla Dawood; Luciana Corrêa Costa; Sílvia H.G. Canêdo; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>